

COM EMENDA, PLC 503/19 É APROVADO APÓS DOIS DIAS DE SESSÃO NA ALERGS



17/12: LIMINAR SUSPENDE VOTAÇÃO

No início da tarde do dia 17/12, o desembargador Rui Portanova concedeu medida liminar favorável ao Mandado de Segurança impetrado pela deputada estadual Luciana Genro (PSOL), determinando o imediato sobrestamento da tramitação dos projetos que alteram a previdência e o estatuto dos servidores (PLCs 503/2019 e 505/2019, respectivamente). A ação foi assinada pelo advogado do SINDISPGE, Dr. Otávio Piva. Sem tempo hábil para cassar a decisão ainda durante a sessão, a base governista decidiu retirar o quórum e tentar retomar os trabalhos no dia seguinte, 18/12.

18/12: PLC 203/19 É VOTADO E APROVADO, COM EMENDA

Na manhã do dia seguinte, 18/12, foi proferida decisão pelo Presidente do STF, Ministro Dias Toffolli, que suspendeu a liminar concedida no mandado de segurança. Assim, com o placar de 38 votos a 15, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar (PLC) 503/19, que altera as alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores civis de todos os Poderes, e no final de março de 2020, transcorrido o intervalo de 90 dias após a sanção do governador, o funcionalismo passará a descontar entre 7,5% a 22% dos salários. Atualmente, os servidores da ativa contribuem com 14% e os inativos são isentos até o valor de R\$ 5,8 mil (teto do INSS).

A versão original do PLC foi amenizada por uma Emenda apresentada pelo Governo, estabelecendo oito alíquotas progressivas, ante as três faixas previstas inicialmente. Com a progressividade das alíquotas, foi reduzida a taxação dos servidores com as remunerações mais baixas.







REGIME DE URGÊNCIA DOS DEMAIS PROJETOS FOI RETIRADO

O plenário da Assembleia aprovou também a retirada do regime de urgência de outros seis textos do pacote. Com isso, as matérias devem ser examinadas em sessões extraordinárias a serem convocadas pelo Poder Executivo para a última semana de janeiro. Ao todo, fazem parte do pacote mais um PL, cinco PLCs e uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC).

SINDISPGE PRESENTE

Ao longo dos dois dias, o SINDISPGE esteve presente desde cedo com estrutura montada na Praça da Matriz, mobilizado com as demais entidades classistas antes do início das sessões em que iria ocorrer a votação. Seus diretores também acompanharam a sessão dentro da Assembleia Legislativa, após distribuição de senhas para os dirigentes e participaram ativamente da pressão sobre os parlamentares para que fosse retirado de votação o PLC 503/2019.



CONFIRA COMO FICARAM AS NOVAS ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS PARA ATIVOS E **INATIVOS:**

| Salário (em R\$) | | ATIVO | ATIVO | ATIVO | INATIVO | INATIVO | INATIVO |
|------------------|-----------|-------------------|----------------------|---------------------------------|-------------------|----------------------|---------------------------------|
| De | Até | Alíquota atual | Alíquota aprovada | Alíquota aprovada efetiva | Alíquota atual | Alíquota aprovada | Alíquota aprovada efetiva |
| (0) | 998,00 | 14% | 7,5% | 7,50% | 0% | 0% | 0% |
| 998,01 | 2.000,00 | 14% | 9% | 7,50% a 8,25% | 0% | 9% | 0 a 4,51% |
| 2.000,01 | 3.000,00 | 14% | 12% | 8,25% a 9,50% | 096 | 12% | 4,51 a 7,01% |
| 3.000,01 | 5.839,45 | 14% | 14% | 9,50% a 11,68% | 0% | 1496 | 7,01 a 10,41% |
| 5.839,46 | 10.000,00 | 14% | 14,5% | 11,68% a 12,86% | 14% | 14,5% | 10,41 a 12,11% |
| 10,000,01 | 20.000,00 | 14% | 16,5% | 12,86% a 14,68% | 1496 | 16,5% | 12,11 a 14,30% |
| 20.000,01 | 39.000,00 | 14% | 19% | 14,68% a 16,79% | 14% | 19% | 14,30 a 16,59% |
| 39.000,01 | ou mais | 14% | 22% | Acima de 16,79% | 14% | 22% | Acima de 16,599 |

ATUAÇÃO INTENSA CONTRA O PACOTE DO GOVERNO

O mês de dezembro foi intenso para todas as categorias do funcionalismo no Rio Grande do Sul, e o SINDISPGE procurou estar presente no maior número de atividades possível para combater o Pacote de retirada de direitos que o Governo Eduardo Leite protocolou na ALERGS. A seguir uma retrospectiva de nossa atuação.

Ato e caminhada contra o pacote de Leite

O SINDISPGE participou na terça-feira, dia 10/12, do ato de protesto contra o pacote. Juntamente com manifestantes de diversas categorias, os servidores da PGE se concentraram na Praça da Matriz, e depois acompanharam a caminhada que se seguiu ao protesto pelas ruas Caldas Júnior e Siqueira Campos, sendo encerrada em frente à Secretaria da Fazenda – SEFAZ.







Café da manhã com deputados na ALERGS

No dia 04/12 o SINDISPGE participou de um café da manhã promovido pelo MUS, no Salão Júlio de Castilhos da ALERGS. Estiveram presentes no evento aproximadamente vinte entidades classistas, além de dez parlamentares dos seguintes partidos: PT, PTB, PDT, PSB, DEM e PSOL. Este evento foi de fundamental importância para a retirada do pedido de urgência das medidas que compõem o pacote, pois foi neste dia que o presidente da ALERGS, deputado Luís Augusto Lara (PTB) manifestou pela primeira vez o seu apoio à retirada da urgência. Com as manifestações de outros parlamentares da base aliada, o recuo do Governo acabou se confirmando.









Reuniões do MUS e da FSP/RS

O SINDISPGE é uma das poucas entidades classistas que tem participado, concomitantemente, tanto do MUS (Movimento Unificado dos Servidores), quanto da FSP/RS (Frente dos Servidores Públicos do RS), os dois principais grupos de entidades que têm combatido o pacote. Estes movimentos realizaram diversas reuniões de avaliação e organização da luta, neste último mês:







Reunião do MUS na Fessergs em 02-12



Reunião do MUS na Fessergs em 11-12



Reunião da FSP no CPERS em 16-12

Mobilizações no DAER e no CAFF

No dia 02/12 o diretor Daniel Franco Martins, participou de duas mobilizações: na paralisação dos servidores do DAER, onde fez uso da palavra saudando os colegas da autarquia, e no "abraço ao CAFF", promovido pelos grevistas do Sintergs, Sindicaixa e associações ligadas a estas categorias.



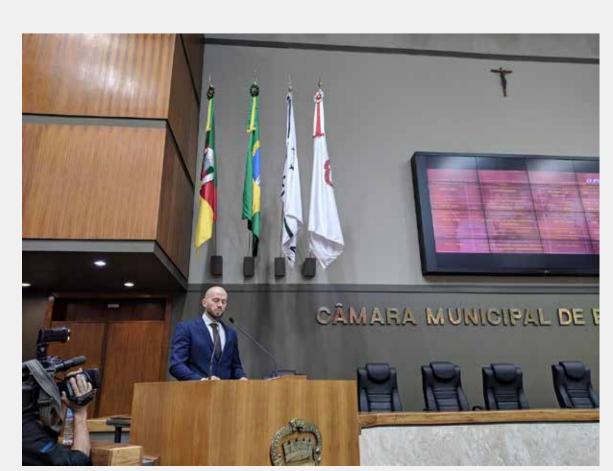
Ato no DAER



Ato no CAFF

Tribuna Popular do SINTERGS

Na tarde 12/12 o diretor Daniel Franco Martins acompanhou a Tribuna Popular da Câmara Municipal de Porto Alegre, que foi utilizada pelo representante do SINTERGS, Luciano Barros Zini, para tratar do "Pacote proposto pelo Governo Eduardo Leite".





ASSEMBLEIAS GERAIS Categoria atualiza pauta da Assembleia **Geral Permanente**

Em 05/12 o SINDISPGE realizou Assembleia Geral Extraordinária, com a seguinte pauta: "1) Atuação do Sindicato no enfrentamento da proposta de Reforma Administrativa apresentada pelo Governo Estadual e da defasagem salarial dos servidores da PGE; 2) Atualização e inclusão de novos pontos de pauta na Assembleia Geral Permanente instaurada em 04 de agosto de 2015, nos termos do art. 19 do Estatuto."

A Assembleia iniciou com a Diretoria apresentando um resumo dos três projetos integrantes da Reforma Administrativa que afetam diretamente os servidores da PGE (a PEC 285/19, o PLC 503/19 e o PLC 505/19). Após, foi feito um relato sobre a atuação do Sindicato contra o pacote, evolvendo a participação no MUS e na FSP/RS, nas mobilizações de rua e nas reuniões com os deputados estaduais. A seguir, foi abordada a atuação do Sindicato junto ao Gabinete da PGE em relação às pautas remuneratórias da categoria, sendo feito um relato da reunião com o Dr. Eduardo ocorrida no dia anterior.

Ao final, foi feita a votação referente à atualização da pauta da AGP iniciada em 04/08/2015. Foram incluídos os pontos "f" e "g", e alterados os pontos "a" e "d", ficando a pauta com os seguintes itens:

- (a) Atraso e parcelamento no pagamento dos vencimentos dos servidores, em frontal desacordo ao art. 35 da Constituição do Estado do RS;
- (b) Falta de previsão orçamentária para reajuste inflacionário anual, ferindo o Art. 37, X da Constituição;
- (c) Suspensão das Promoções e Progressões dos servidores;
- (d) Prêmio de Produtividade;
- (e) Turno único;
- (f) Retirada de direitos pela proposta da Reforma Administrativa (PEC 285/2019, PLC 503/2019 e PLC 505/2019);
- (g) Recomposição de perdas remuneratórias passadas e futuras.





Categoria aprova orçamento 2020 e referenda atuação em relação à Resolução 151/19

Na tarde de 11/12, os servidores da PGE reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e posteriormente em Assembleia Geral Permanente (AGP), ambas realizadas na sede do SIMPA (Sindicato dos Municipários de Porto Alegre).

A AGO, cuja realização na primeira quinzena do mês de dezembro está prevista no Estatuto do Sindicato, iniciou com o diretor para assuntos administrativos e financeiros do SINDISPGE, Daniel Franco Martins, fazendo uma apresentação da situação das finanças do Sindicato, sendo também abordadas as questões da cobrança em dobro da mensalidade no mês do pagamento da Gratificação Natalina (a ser diluída em doze parcelas ao longo de 2020) e da possível mudança da sede do Sindicato para o prédio localizado na Av. Borges de Medeiros, 1224. Posteriormente, foram apresentados os valores arrecadados nos últimos meses, sendo mencionada a quebra do recorde histórico no número de filiados ao SINDISPGE, que alcançou 642 servidores filiados em novembro de 2019. A seguir, foi exibida a proposta de aplicação dos recursos, que, após a leitura do parecer favorável do Conselho Deliberativo-Fiscal, foi aprovada por unanimidade.

Encerrada a AGO, foi reaberta a AGP, na qual foram abordados os seguintes temas: (a) retirada de direitos pela proposta da Reforma Administrativa, no qual foi apresentado um relato sobre a situação do pacote; (b) recomposição de perdas remuneratórias passadas e futuras, na qual foi feito um relato sobre o protocolo de um ofício dirigido ao Procurador-Geral do Estado, e também sobre a sua possível vinda a uma de nossas Assembleias Gerais; e (c) prêmio de produtividade.







ALERGS SUSTA EFEITOS DA RESOLUÇÃO Nº 151/19 DA PGE

Em tramitação desde abril deste ano, o RDI 58/19 foi aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da ALERGS e depois no Plenário da Casa, sendo sustados os efeitos da Resolução/PGE nº 151/19, que trata do nosso prêmio de produtividade. Na CCJ o parecer do deputado Elton Weber (PSB), favorável à edição do PDL (Projeto de Decreto Legislativo) foi aprovado com nove votos favoráveis e dois votos contrários, na sessão do dia 03/12. Posteriormente, no dia 10/12, por 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, o Plenário aprovou o PDL, que foi convertido no Decreto Legislativo nº 11.219/19.

Com a publicação do Decreto Legislativo, a PGE determinou a suspensão dos pagamentos previstos na Resolução 151/19. Assim, conforme deliberado na AGP realizada no dia 11/12, o SINDISPGE, em conjunto com a APERGS, ajuizou no dia 16/12 uma ADI, tendo por objeto a declaração de inconstitucionalidade do Decreto Legislativo 11.219/19, sendo deduzido pedido de liminar para fins de imediata suspensão do referido decreto legislativo. No dia 19/12 foi deferida medida liminar, mantendo em vigor a Resolução 151/2019 da PGE. Todavia, no mesmo dia também foi proferida liminar em outra ação, determinando a suspensão dos pagamentos. Assim, encerramos o ano com esta situação indefinida.





SINDISPGE PRESTIGIA POSSE DA APERGS

No dia 12/12 os diretores Sabrina Oliveira Fernandes e Daniel Franco Martins representaram o SINDISPGE na cerimônia de posse da nova diretoria da APERGS (Associação dos Procuradores do Estado do RS), realizada no Hotel Intercity Premium.

A nova diretoria, eleita em novembro para um mandato de dois anos, terá como presidente o ex-Procurador-Geral do Estado Carlos Henrique Kaipper, sendo também composta pelas vice-presidentes Helena Maria Silva Coelho, Patrícia Bernardi Dall'Acqua e Luciane Buaes Dorneles. A presidente durante o biênio 2018/2019, Marcela Vargas de Farias, continuará na gestão como integrante do Conselho Deliberativo da entidade.

A diretoria da Escola Superior de Advocacia Pública da Apergs também foi empossada na ocasião. Flávia Faermann passou a presidência para o procurador Guilherme Brum e agora passará a ocupar o cargo de diretora vice-presidente da entidade.

Em seu discurso, Kaipper mencionou a representação do SINDISPGE, ressaltando a importância de uma atuação conjunta das duas entidades nas pautas comuns.







GT DO TELETRABALHO SEGUE SUAS ATIVIDADES

No mês de dezembro, ocorreram duas reuniões do Grupo de Trabalho que pretende regulamentar a proposta de teletrabalho para os servidores da PGE/RS. No dia 11/12, deu-se início à leitura e análise da normativa publicada recentemente pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS). Esta normativa regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário do Estado e foi publicada em 05 de dezembro deste ano, por meio do ATO Nº 030/2019-P do TJ/RS. Na reunião do

dia 27/12, foi dada continuidade a este estudo frisando aspectos positivos que poderão servir de orientação para a futura regulamentação de teletrabalho da PGE/RS. A próxima reunião está agendada para o dia 22/01/2020.







ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS CONTINUA

Novamente o Governo do Estado anunciou um calendário com o atraso no pagamento dos salários, ainda que desta vez a previsão seja a quitação dos salários de dezembro com "apenas" 15 dias de atraso, conforme o calendário abaixo. Os salários de novembro já foram quitados no dia 30/12/2019. Salientamos que este mesmo calendário também é divulgado via Whatsapp no "SINDISPGE-INFORMAÇÃO", sempre que é anunciado ou alterado.



SINDISPGE INFORMAÇÃO (CANAL NO WHATSAPP)

O "SINDISPGE-INFORMAÇÃO" é o canal oficial do SINDISPGE no Whatsapp, que consiste numa opção adicional para os colegas receberem o conteúdo que o Sindicato envia por e-mail e posta no site, além de outras informações, como o calendário de pagamento dos salários anunciado pelo Governo, o valor mensal do nosso produtividade, informações prêmio de atualizadas sobre o andamento das matérias legislativas quem mais nos interessam, dentre outras informações de interesse direto dos servidores.

Este canal é restrito aos servidores filiados ao SINDISPGE. Todavia, estamos aceitando a participação dos colegas não filiados, pelo período de 30 dias, para que possam conhecer o trabalho do Sindicato e, assim, filiarem-se à nossa entidade representativa.

Para participar, basta enviar uma mensagem para o número (51) 99856-0406, informando seu nome completo e ID.





REGISTROS



- No dia 04/12 os diretores Sabrina Oliveira Fernandes, Fernanda Adriane Heck Loch e Daniel Franco Martins participaram de uma reunião com o Procurador-Geral do Estado, Dr. Eduardo Cunha da Costa. No encontro, a diretoria do Sindicato levou Procurador-Geral preocupação com as pautas remuneratórias da categoria e com a possível aprovação do pacote de projetos que tramita na ALERGS.



- No dia 10/12 o diretor Daniel Franco Martins participou da solenidade de entrega da Medalha Mérito do Farroupilha à presidente do CPERS, professora Helenir Aguiar Schürer. A proposição para a honraria partiu do deputado Zé Nunes (PT).



- No dia 26/12 os diretores Sabrina Oliveira Fernandes, Fernanda Adriane Heck Loch e Daniel Franco Martins reunião participaram da ordinária, que ocorre mensalmente com a PGA-AA, Dra. Paula Ferreira Krieger. O relato do que fora tratado na reunião foi enviado por e-mail aos filiados.



COM O SEU SINDICATO FORTE, QUEM GANHA É VOCÊ. FILIE-SE AO SINDISPGE!

Para saber mais detalhes acesse www.sindispge.org.br ou envie um e-mail para sindispge@sindispge.org.br